

Jérôme Baschet

A civilização feudal

Do ano mil à colonização da América

Prefácio de Jacques Le Goff





IV

Da Europa medieval à América colonial

Neste capítulo, gostaria de iniciar o propósito anunciado na introdução, procurando estabelecer as ligações entre a Europa feudal e a América colonial. Trata-se de proceder, tão sinteticamente quanto possível, à sua articulação histórica, avaliando suas respectivas organizações sociais e se preocupando com a dinâmica que estabelece entre elas uma ligação genética. Previamente, é indispensável precisar as características dos dois últimos séculos da Idade Média, dos quais se falou muito pouco até aqui.

A Baixa Idade Média: triste outono ou dinâmica prolongada?

O livro clássico de Johan Huizinga, *O outono da Idade Média*, paramentou o fim do milênio medieval com cores melancólicas, e a historiografia tendeu, na sua sequência, a evocar esse período somente sob a forma de uma crise profunda e generalizada. Nessa perspectiva, a única virtude suscetível de salvar essa época da evidência do desastre refere-se ao fato de que, percebida como a agonia da Idade Média, ou mesmo do sistema feudal, ela parece necessária para que nasça um mundo novo, aquele da Europa renascentista e moderna. Hoje, deve-se ter uma posição mais nuançada. Mesmo reconhecendo as dificuldades desses tempos, devemos nos esforçar para medir com cuidado seu alcance exato, o que conduz a adotar um esquema historiográfico sensivelmente diferente.

As calamidades do século XIV*: peste, guerra, cisma*

É difícil traçar um limite cronológico preciso entre o desenvolvimento e o equilíbrio atingidos pela Idade Média Central e a inversão de tendência da Baixa Idade Média. Desde o fim do século XIII, o crescimento rural parece atingir os seus limites de possibilidades, chegando — em relação às condições da época — a um "mundo pleno", segundo a expressão de Pierre Chaunu. Depois, ao longo da primeira metade do século XIV, as dificuldades se acumulam. Em 1315-17, a fome geral, esquecida havia mais de um século, faz novos estragos, antes que a peste negra de 1348 marque com estrondo uma ruptura radical. Percebe-se, entretanto, que muitos fenômenos com frequência tidos como consequência desse evento dramático iniciam-se nas décadas anteriores.

O ano de 1348 é, seguramente, uma data de grande importância. Transmitida ao homem pela pulga do rato negro, a peste bubônica, que havia poupado a Europa desde a época de Justiniano, ataca de novo. Trazida do Oriente pelas galeras genovesas, ela se espalha por toda a Itália, na França, na Inglaterra e na Península Ibérica ao longo do ano de 1348 e, no ano seguinte, no domínio germânico, centro-europeu e escandinavo. Brutal, a mortalidade provocada pelo bacilo da peste espalha-se rápida e maciçamente. Os doentes sucumbem em alguns dias, sem remédio nem alívio possíveis; cidades e aldeias são cobertas de cadáveres, que os sobreviventes penam para enterrar com decência. No dizer das testemunhas, toda a organização social, até os laços familiares, é violentamente perturbada por isso. Segundo Guy de Chauliac, médico do papa, a mortandade e o medo que ela suscitava eram tão vivos que "as pessoas morriam sem servidor e eram enterradas sem sacerdote. O pai não visitava seu filho, nem o filho visitava seu pai: a caridade estava morta e a esperança, abatida". Entretanto, as reações são bastante contrastantes, com alguns fugindo dos lugares contaminados para se abandonar às delícias de uma vida mais frágil do que nunca, tal como os personagens do *Decamerão* de Boccaccio (1313-75), e outros se entregando a atos desesperados de penitência para tentar escapar do flagelo divino (figura 25, na p. 249). Mas, em particular nas numerosas cidades italianas, os efeitos sociais da epidemia são menos visíveis do que se poderia imaginar: passado o momento de pânico, as autoridades têm o cuidado de fazer prevalecer a continuidade, e o esforço de reorganização logo mobiliza um otimismo reencontrado. Assim, mais do que o primeiro ataque da epidemia, é o seu retorno periódico que afeta as almas e mina as energias. Ora, a epidemia, tornada pandemia, ataca de novo, de modo generalizado, em 1360-61, 1374-75, 1400, 1412, até que os ataques se tornem mais localizados e menos mortíferos, sua última ocorrência na Europa Ocidental tendo sido registrada em Marselha, em 1720. "Um terço do mundo



25. A Virgem com manto[24] e os penitentes, *c.* 1420 (painel pintado por Pietro di Domenico da Montepulciano, Museu do Petit Palais, Avignon).
Este painel em madeira pintada, destinado a ser carregado durante as procissões, pertencia, segundo toda verossimilhança, a uma confraria da qual ele devia constituir um dos emblemas privilegiados. Ele mostra a Virgem segurando o Menino Jesus e protegendo os cristãos sob seu manto (os homens à sua direita, as mulheres à sua esquerda). No primeiro plano, penitentes com os rostos mascarados flagelam-se e suas túnicas deixam ver seus dorsos ensanguentados.

24. Denominação convencional do tema iconográfico também conhecido como a "Virgem de Misericórdia". (N. T.)

morreu", sintetiza o cronista Froissart a propósito dos anos 1348-50. A estimativa está em conformidade com os dados que os historiadores puderam estabelecer, e pode-se, portanto, reter que a peste negra, em média, diminui em um terço a população do Ocidente medieval, proporção que se eleva à metade em certas cidades e regiões.

Compreende-se que os contemporâneos considerem esse evento uma catástrofe, geralmente considerada um castigo divino (certas imagens mostram Cristo lançando as flechas de sua cólera sobre a humanidade, que, então, só encontra proteção junto à Virgem), a menos que certos grupos sirvam de bode expiatório (assim, os judeus são acusados de ter contaminado os poços). Mas a peste não é a única flecha que o Deus de cólera lança a partir de seu trono celeste: a guerra é outra. A chamada Guerra dos Cem Anos opõe, a partir de 1328, os dois reinos mais poderosos do Ocidente, a França e a Inglaterra. Quando os três filhos de Filipe IV, o Belo, morrem sem herdeiros, pondo fim, assim, à linhagem dos capetianos diretos, a Coroa da França passa a um primo dos reis defuntos, Filipe VI de Valois, que deve enfrentar a contestação de um descendente mais direto, o rei da Inglaterra, Eduardo III, neto de Filipe, o Belo, pela parte de sua mãe. Durante mais de um século, os soberanos ingleses reivindicam a Coroa da França, lançam a partir de suas possessões continentais sérias ofensivas, ganhando importantes batalhas, como em Crécy (1346), em Poitiers, onde o rei João, o Bom, é feito prisioneiro (1356) e, sobretudo, em Azincourt, onde os arqueiros ingleses transformam as regras da guerra medieval (1415). Com o Tratado de Troyes, em 1420, os ingleses parecem obter seus objetivos, impondo o casamento da filha de Carlos VI da França com Henrique V da Inglaterra e prevendo o acesso do filho fruto de sua união, o futuro Henrique VI, ao trono dos dois reinos. Além disso, ao afrontamento acrescenta-se uma guerra civil entre o partido dos Bourguignons, favoráveis aos ingleses, e os Armagnacs, fiéis ao "rei de Bourges", Carlos VII, que Joana d'Arc, jovem camponesa certa de estar investida de uma missão divina, convence a crer em sua legitimidade, a se fazer sagrar em Reims e a reconquistar o seu reino (1429-31).

Ao lado de outros conflitos, tal como a Guerra das Duas Rosas, que põe em disputa, entre 1455 e 1485, os Lancaster e os York, dois ramos reais que lutam pela Coroa da Inglaterra, a Guerra dos Cem Anos testemunha o fato de que os conflitos armados ganham, na Europa da época, uma amplitude nova, mais devastadora do que antes, e afetam mais as populações rurais e urbanas. Não só ela opõe de modo durável duas monarquias poderosas, mas também vê o desenvolvimento de inovações notáveis na arte militar, em particular o uso dos arcos e das bestas, e, em breve, das primeiras armas de fogo, arcabuzes e bombardas, que tornam obsoletas as técnicas tradicionais da cavalaria. A função militar dos

aristocratas é diminuída na mesma proporção, mesmo se estes desdenhem essas novidades julgadas indignas e se escorem na ética da guerra cavaleiresca. Por outro lado, a importância dos mercenários e das tropas a soldo aumenta. Constituem-se, então, "companhias" que, sob a liderança de um chefe de guerra, alugam seus serviços a quem lhes puder pagar. Mas o seu interesse é de prolongar tanto quanto possível as hostilidades que lhes permitem viver, o que é também, por vezes, o interesse dos príncipes que sabem que as companhias desocupadas entregam-se facilmente à pilhagem e ao banditismo, transformando-se, assim, em um flagelo dos mais temidos pelas populações.

À lista de males da época é preciso ajuntar o Grande Cisma, que divide a Igreja romana entre 1378 e 1417. O fato é que, depois de 1309, pouco após a eleição de Clemente V, o papa e a cúria romana se instalaram em Avignon, o que numerosos contemporâneos denunciam como "o cativeiro da Babilônia". Após várias tentativas infrutíferas, Gregório XI decide, em 1377, retornar a Roma, sede normal do sucessor de Pedro (ele, então, instala sua residência no Vaticano, e não no Palácio de Latrão, como sempre havia feito o bispo de Roma); mas, quando ele morre, uma parte da cúria encontra-se ainda em Avignon e os cardeais mergulham na confusão, elegendo, primeiro, Urbano VI, que se instala em Roma, e, depois, Clemente VII, que retorna a Avignon. A Igreja tem, doravante, duas cabeças, e, durante quarenta anos, a luta entre o papa de Avignon e o de Roma dilacera o Ocidente. Cada um deles se esforça para obter o apoio dos príncipes e das cidades, excomungando seus adversários e lançando sobre suas terras a proibição litúrgica. O funcionamento da estrutura eclesial encontra-se gravemente afetado por essa divisão na cúpula e é grande o espanto nos espíritos. Todas as tentativas de arbitragem tendo falhado, termina-se por admitir, ao fim de quatro decênios, que a solução só pode vir de um concílio geral, reunindo todos os bispos da cristandade ocidental. É isso que tenta o concílio reunido em Pisa em 1409, depondo os dois papas rivais e elegendo um novo pontífice: mas o remédio é pior que o mal, pois os dois primeiros recusam a decisão, de modo que a Igreja se encontra, por um tempo, tricéfala. Depois, o Concílio de Constança (1414-18) consegue realizar a operação e impõe um novo e único pontífice, Martinho V (1417-31), mas não sem ter previamente emitido um decreto consagrando a nova importância adquirida pela assembleia conciliar.

Retornos periódicos da peste negra, efeitos destruidores das guerras e das grandes companhias, Grande Cisma da Igreja: os contemporâneos tinham razões para se sentir assolados pela Providência e as cores outonais pintadas por Johan Huizinga não saíram do nada. O pessimismo invade os espíritos e o sentimento de viver em um mundo que agoniza, que chega ao seu fim, se faz mais

presente do que nunca. A obsessão da morte explode em todos os lugares, nas práticas funerárias assim como na literatura e na arte, onde os temas macabros, tal como o Triunfo da Morte, e, depois, as Danças macabras ganham destaque (veja as figuras 26, na p. 253, e 5, na p. 40). Entretanto, o balanço deve ser moderado. *Mundus senescit* ("o mundo envelhece") é um *topos* que impregna o pensamento clerical de longa data durante os séculos do desenvolvimento medieval. A aguda preocupação com a morte, inscrita na lógica da pastoral estabelecida havia muito pela Igreja, não tem a peste como única causa, como demonstra o fato de que certos temas macabros se desenvolvem já no século XIII (Encontro dos três mortos e dos três vivos) e outros desde os anos 1330 (Triunfo da Morte). Enfim, o Ocidente não se compraz na depressão demográfica. Malgrado as dificuldades acumuladas e a despeito do retorno periódico da peste, a recuperação se faz sentir desde o início do século XV, e ainda mais claramente após 1450. Se, no fim do século XV, a Europa não atinge exatamente os níveis de população anteriores à epidemia, ela tende, ao menos, a aproximar-se deles (o reino da França, que é ainda o que mais pesa, reencontra seus 15 milhões de habitantes em um território, é verdade, um pouco aumentado, enquanto a Península Ibérica se eleva a 7 milhões de almas, por volta de 1500). E a alta sensível da taxa de fecundidade em relação à Idade Média Central, que permite ver com frequência famílias de cinco, até mesmo seis a oito filhos, indica uma vitalidade e um desejo de reconstrução mais do que uma onipresença do medo e da melancolia.

Crise do feudalismo ou ajustes sociais?

A propósito desse período, é frequente insistir sobre a situação crítica da aristocracia, confrontada a uma "baixa da taxa de arrecadação senhorial" (Guy Bois). É verdade que a depressão demográfica gera numerosos abandonos de terras, até mesmo de aldeias inteiras, o que provoca uma queda notável dos rendimentos senhoriais. Além disso, a menor densidade do povoamento rural põe os camponeses em uma relação de força mais favorável, que lhes permite exigir uma baixa do censo ou um resgate generalizado das corveias a um preço menor, a que os senhores são obrigados a assentir para evitar perder seus homens. Enfim, a evolução comparada dos preços dos produtos agrícolas e daqueles que os aristocratas devem comprar lhes é desfavorável. Os mais fracos dentre eles endividam-se e são, por vezes, obrigados a vender suas terras: alguns partem, então, para a cidade em busca de um ofício junto a um príncipe, enquanto outros perdem a posição de nobre. Assim, antigas linhagens senhoriais desaparecem e são



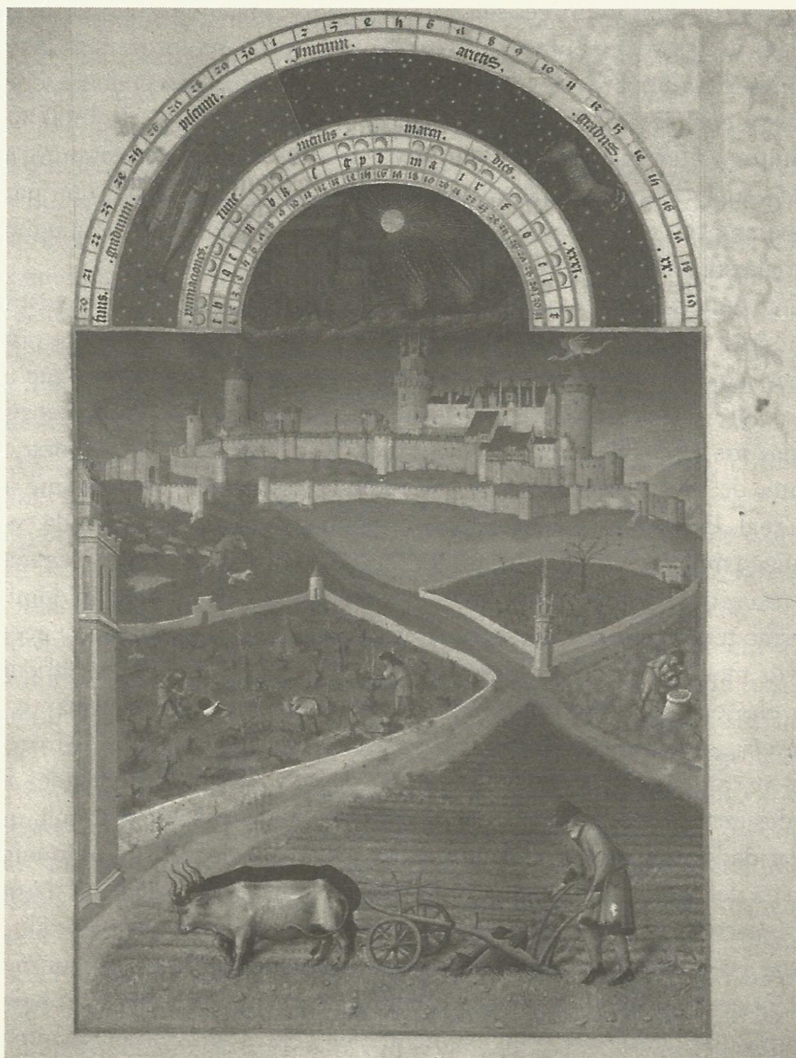
26. O Triunfo da Morte, c. 1440 (Palácio Sclafani, Palermo).
Inovação dos anos 1330, inaugurada por Buonamico Buffalmacco no Campo-Santo de Pisa, a iconografia do Triunfo da Morte ganha destaque a partir do século XV. O afresco de Palermo, realizado pouco tempo depois da transformação do Palácio Sclafani em hospital, é particularmente bem adaptado à nova função do edifício. Ela é, como já ocorria em Pisa, associada a uma representação do Juízo Final (hoje perdida). Aqui, a Morte é figurada por um esqueleto cavalgando uma montaria descarnada, cujo poder figurativo impressiona. As flechas que ela lança acumulam, em sua passagem, montanhas de cadáveres: nobres damas e belos senhores, músicos e letrados, papa e bispos, sacerdotes e monges. Nenhum poder terrestre, nenhuma riqueza material permite resistir à Morte. Os emblemas da vida aristocrática — jardins de cortes, caça com cachorros e com pássaros — são representados com uma insistência particular: seus prazeres aparecem ainda mais vãos diante de uma morte iminente. Apenas os pobres e os enfermos, à esquerda, imploram à Morte para pôr fim aos seus sofrimentos, mas esta se desvia deles. A mensagem é menos a da universal fragilidade humana do que uma exortação moral: é preciso pensar na morte para se afastar da vã glória do mundo e obter sua salvação.

substituídas por novos senhores, aristocratas mais poderosos, como os Sheppard ou os Percy, na Inglaterra, ou citadinos enriquecidos que aproveitam a ocasião para comprar terras (sobretudo videiras, mais rentáveis) ou mesmo senhorios inteiros (em certas regiões, eles logo possuem até um quarto destes). No mais, mesmo sem recorrer à aquisição de terras, os citadinos em geral orientam as atividades dos rurais, confiando-lhes as tarefas mais simples da cadeia têxtil, fornecendo-lhes um adiantamento sobre a produção que os induz muitas vezes ao endividamento, como no caso da lã na Inglaterra, ou ainda controlando as culturas destinadas ao artesanato urbano, como as plantas de tinturaria da região de Toulouse ou da Úmbria. Essa presença ativa e influente dos citadinos no mundo rural é, seguramente, um elemento notável das transformações do fim da Idade Média.

Esse quadro, pouco favorável à aristocracia tradicional, deve, entretanto, ser nuançado. Em primeiro lugar, nem tudo vai mal na aldeia (figura 27, na p. 256). Se as superfícies cultivadas diminuem de modo notável (por vezes, até 20%, ou até 50%), o fenômeno é compensado por uma alta dos rendimentos (ainda mais porque os abandonos atingem às terras menos férteis), por um desenvolvimento do pastoreio e da horticultura, assim como por um avanço sobre a floresta, que também beneficia o gado. Estabelece-se, assim, um equilíbrio entre *ager* e *saltus*, entre cultivo e pastoreio, que as fortes densidades rurais do fim do século XIII tinham posto em perigo. Além do desenvolvimento da transumância ovina na Itália e em Castela, a criação bovina avança consideravelmente, dando lugar a uma transformação das paisagens rurais do domínio atlântico, marcadas pelo cercamento dos prados e levando a uma modificação dos hábitos alimentares (o que, sobretudo na cidade, realça o prestígio dos açougueiros). Por outro lado, o abandono das terras permite um reagrupamento das parcelas, que, por vezes, ocorre em benefício dos patrimônios aristocráticos mais sólidos, especialmente na Alemanha e em Castela, mas também em favor de compradores citadinos ou da elite camponesa de cultivadores. Estes últimos, que se distinguiam já no século XIII, aproveitam a situação e, muitas vezes, garantem para si domínios que vão até cinquenta ou sessenta hectares. Existem, agora, em cada aldeia, alguns "galos" que entram em acordo para controlar suas instituições (confraria, assembleia). Abaixo deles, outros também tiram vantagem das condições da época. Com efeito, os senhores recorrem cada vez mais a contratos de arrendamento a longo termo, ou mesmo hereditários, que, mesmo lhes garantindo um rendimento seguro, são geralmente favoráveis ao arrendatário. Assim, a melhoria das condições de vida é bastante geral, tanto na aldeia como na cidade. Além da melhor qualidade do grão e do aumento da proporção de carne na alimentação, ela também é constatada na construção das

casas, cujos espaços interiores são mais separados, ou ainda na diversificação do mobiliário e das vestimentas. Entretanto, nem todos se aproveitam disso e os camponeses mais pobres são arrastados para uma espiral descendente, enquanto a margem servil da população rural aumenta novamente a partir de 1300. O fato é que muitos preferem a servidão, que ao menos lhes confere um estatuto, à mendicância ou à vida errante. A afirmação desta segunda servidão, que na Inglaterra e em outras regiões atinge até um terço dos aldeãos, mostra que o quadro senhorial está longe de ter desaparecido.

Convém também estabelecer uma distinção entre a pequena aristocracia de senhores, com frequência em dificuldades, e a alta aristocracia dos príncipes e barões, cujo vigor, ao contrário, aumenta (figura 27, na p. 256). Não apenas estes se aproveitam dos dissabores dos primeiros comprando numerosos senhorios, mas sua força, mantida ou mesmo ampliada, lhes permite melhorar os rendimentos de seus domínios ao mesmo tempo que resistem eficazmente à autoridade real. Estes grandes aristocratas continuam a ocupar a frente da cena. Se sua função militar é atingida pelas modificações da arte da guerra, eles mantêm, devido ao seu lugar nos conselhos e nos ofícios reais, papel político dominante, ao mesmo tempo que o fausto de suas cortes e seu prestígio social se acentuam cada vez mais. No geral, se a aristocracia atravessa uma fase de dificuldades sérias, ela se adapta e se renova. As transformações não são, entretanto, negligenciáveis, e afetam a definição do próprio grupo social (Joseph Morsel). No século XV, a oposição entre nobres e não nobres adquire uma rigidez inédita (para designar grupos sociais e não somente qualidades). A partir dali, é possível falar da "nobreza" como um grupo do qual, além do mais, é o príncipe que domina a definição, especialmente porque ele tem a capacidade de desenobrecer. Doravante, o poder monárquico tem um papel maior na reprodução da nobreza, assegurando-lhe uma parte notável de seus rendimentos, por meio dos postos que ele confere, de soldos militares e mesmo de feudos de bolsa (em dinheiro), que permitem, principalmente aos nobres aragoneses, manter a sua posição. Com isso, os valores nobiliárquicos são reafirmados com maior veemência ainda, especialmente através da multiplicação das ordens cavaleirescas (das quais o príncipe é o chefe) e a organização de grandes torneios, verdadeiras cerimônias de autocelebração, com fausto crescente, pelas quais os nobres procuram se distinguir da elite camponesa e dos citadinos enriquecidos, exibindo, paralelamente, sua coesão e sua força. Ao mesmo tempo, os nobres opõem-se com sucesso às ambições dos soberanos, seja por uma mistura de fidelidade a seus engajamentos vassálicos e de resistência aos novos costumes, seja pela revolta aberta, em caso de necessidade, como várias vezes ocorre na França do século XV. No geral, não há, na Baixa Idade Média, ruptura social fundamental:



27. No mês de março, trabalhos e poda das vinhas no castelo de Lusignan, c. 1413 (miniatura de Pol de Limbourg, Riquíssimas horas do duque de Berry, Museu Condé, Chantilly, 65, fl. 3v.).
Estando entre os manuscritos mais suntuosamente iluminados, as *Riquíssimas horas* foram realizadas para o duque João de Berry, irmão do rei da França, Carlos V, e bibliófilo de grande renome. Um calendário, mais ou menos ornado, é quase sempre integrado no topo dos livros de horas. Aqui, vê-se uma das duas páginas relativas ao mês de março, com a indicação dos signos do zodíaco correspondentes, Peixes e Áries (na outra página figuram o calendário propriamente dito e as indicações das festas litúrgicas). As tradicionais representações dos trabalhos do mês são consideravelmente ampliadas: no primeiro plano, um vilão realiza o cultivo com uma charrua munida de uma relha e de um aparador, ambos metálicos, puxada por uma parelha de bois; mais longe, dois vinhedos cercados em que se cortam os sarmentos e um pastor que guarda suas ovelhas. Como na maior parte das miniaturas deste calendário, o duque de Berry fez representar um de seus principais castelos, realizando, assim, uma espécie de inventário de seu domínio, demonstrativo de seu poderio: aqui, trata-se do castelo de Lusignan, com seu burgo protegido por uma dupla muralha.

mesmo se, a partir dali, a reprodução da aristocracia depende, em parte, do poder monárquico, ela continua sendo a classe dominante e o senhorio permanece o quadro elementar da organização social.

As revoltas populares que explodem durante esse período parecem, entretanto, tumultuar o jogo. Incontestavelmente, tanto no mundo rural como na cidade, conflitos e tumultos sociais fazem-se mais visíveis e mais intensos do que durante o século precedente. Serão evocadas, de início, quatro revoltas rurais desse período, sem contar aquela de Flandres em 1323-27. A sublevação dos "*jacques*", camponeses da Ilha de França, da Picardia e de Champagne, em 1358, choca tanto os espíritos que, por muito tempo, acaba por dar seu nome a todos os tumultos da zona rural (*jacqueries*). No contexto da derrota francesa em Poitiers e do cativeiro do rei, o que obriga à cobrança de um imposto especial, cerca de 5 mil camponeses, dos quais Guilherme Carle aparece como um dos principais organizadores, pilham os castelos e massacram os senhores, até terminarem como vítimas de uma repressão não menos brutal conduzida por Carlos de Navarra (vários milhares de mortos). A sublevação do centro da Inglaterra em 1381, que se inscreve na conjuntura particularmente agitada do Ocidente, é, sem dúvida, a mais notável, por sua extensão geográfica, pela junção operada entre cidade e campo, pelo seu grau de organização e pela clareza de suas reivindicações. Seu estopim é, também aqui, um novo imposto (*tax-poll*) ligado à guerra franco-inglesa. Mas a tropa dos camponeses que recusam sua cobrança atinge rapidamente 50 mil homens e, sob a liderança de Wat Tyler, toma Canterbury, marcha sobre Londres, onde toma a Torre; aí ela obriga o rei a ceder a suas reivindicações e, notadamente, a decretar a abolição da servidão. Mas Tyler é assassinado e a aristocracia se organiza para massacrar o movimento e anular seu efêmero triunfo. Iniciada nos anos 1380, a luta dos camponeses de Aragão contra os "maus costumes" dos senhores — que, apesar de alguns decênios mais favoráveis, impõem constrições próximas da servidão a dependentes qualificados de *remensas* — é menos uma breve explosão de violência do que um combate obstinado e paciente, que se beneficia, de resto, da benevolência do rei. Ele leva a uma vitória, consagrada por Fernando, o Católico, em 1486, quando este abole o estatuto servil dos *remensas*. Enfim, a revolta Irmandiña de 1467-69, que põe a Galícia à mercê dos camponeses revoltados contra os castelos, aparece como a mais importante revolta antifeudal de Castela, mesmo se ela é, finalmente, esmagada pela aristocracia coligada de Castela, Leão e Portugal.

A compreensão desses movimentos sociais é dificultada pelo fato de que as fontes — o que era de esperar — raramente lhes são favoráveis e, em todo caso, jamais emanam deles próprios. Se se capta o estopim dos tumultos (crise alimentar, novo imposto etc.), é mais delicado avançar além desse elemento ime-

diato. Tratar-se-ia da revolta dos mais desprovidos e dos mais oprimidos, jogados na desesperança desde que um fardo suplementar vem tornar insuportável uma situação já vacilante? Muitos historiadores, entretanto, se perguntaram se esses movimentos não são, ao contrário, um protesto da elite camponesa, quando esta crê que seus privilégios estejam ameaçados. É o que sugere a geografia das revoltas, que absolutamente não corresponde às regiões mais pobres do Ocidente. Assim, o movimento de Flandres, no início do século XIV, é liderado pelo afortunado cultivador Zannequin; o da Galícia subleva as camadas superiores do campesinato; enfim, a Jacquerie de 1358 se estende por uma região cerealífera próspera. Esta é, então, atingida por uma baixa dos preços dos grãos, que afeta os camponeses mais ricos, que dependem, ainda mais que os outros, da comercialização de sua produção.

A feição antissenhorial desses movimentos parece evidente. Mas até que ponto e com que grau de consciência e de ação críticas? Apenas o endurecimento do regime senhorial parece ser denunciado pelo movimento aragonês dos *remensas*, em nome de uma ligação com a antiga tradição, e é, sem dúvida, essa moderação que explica o seu sucesso, de resto favorecido pela autoridade do rei. Durante a Jacquerie, os castelos queimam, as filhas dos nobres são violentadas e mortas com suas famílias, mas é bem possível que os insurgentes, mais do que negar a ordem senhorial, agissem em nome de uma imagem perfeita dessa ordem, da qual eles denunciam a alteração. Com efeito, a derrota diante dos ingleses joga o descrédito sobre os nobres, que falharam em sua missão de defesa. A dominação senhorial, duplicada por uma exigência fiscal régia, parece, então, ainda mais injustificada, já que os nobres continuam a dar mostras de um luxo ostentatório, julgado escandaloso em tal contexto. Acusados de corrupção e de traição, os nobres aparecem como indignos de continuar a ser tratados como nobres (Hugues Neveux).

Entretanto, é difícil traçar o limite entre tal atitude, que denuncia os senhores em nome da ideia senhorial, e uma contestação dos fundamentos da dominação social, sobretudo se se considera a dinâmica inerente a todo movimento social. Uma crítica radical parece, em todo caso, bastante presente no movimento inglês de 1381, como sugere a clareza de suas reivindicações, assim como a célebre fórmula de John Ball pronunciada às portas de Londres: "Quando Adão cultivava e Eva fiava, onde estava o gentil-homem?". De resto, ele tira disso todas as consequências, precisando: "Boas gentes, as coisas não podem ir bem na Inglaterra e elas só irão quando os bens forem possuídos em comum, quando não mais haverá nem vilãos nem gentis-homens e quando formos inteiramente iguais". Um igualitarismo radical, justificado pelo estado original da humanidade, exprime-se, assim, com força notável (no caso, pela voz

de um sacerdote). Mesmo se nada prova que ela animava o conjunto das revoltas inglesas, a aspiração igualitária de um mundo sem senhores, sem bispos e sem príncipes (segundo a expressão de Robert Fossier) nunca é mais bem expressada do que nessa ocasião.

Com uma exceção, todas essas sublevações terminam em derrota, esmagadas de modo selvagem e facilmente controladas desde que a aristocracia organiza as suas forças. A despeito das vítimas individuais e das perdas pontuais, nenhuma dessas explosões de violência constituiu perigo sério para os dominantes. Igualmente, apesar da diferenciação social crescente no seio das aldeias e de sua adaptação a uma conjuntura diferente, os vilãos, servos ou dependentes permanecem a classe dominada, sobre cuja exploração se funda o essencial da organização social.

O desenvolvimento contínuo das cidades e do comércio

Quanto aos aspectos mais notáveis da dinâmica feudal — o desenvolvimento das cidades e do comércio, o reforço dos poderes monárquicos —, sua importância apenas aumenta. Se considerarmos globalmente os séculos XIV e XV, e, apesar das baixas brutais provocadas pelas sucessivas passagens da peste, a população das cidades ocidentais aumenta, embora a um ritmo mais moderado que antes. As características já mencionadas no capítulo II acentuam-se e os meios urbanos continuam a diversificar-se. Se o entrelaçamento entre a aristocracia urbana e os meios de negócios continua sendo a regra, algumas cidades tomam medidas que os obrigam a se diferenciar mais claramente, dando, assim, um novo relevo à oposição entre "nobreza" e elites urbanas. Ao lado dos mercadores, artesãos e banqueiros, os homens da lei têm ali um lugar crescente, do mesmo modo que os "oficiais", encarregados das tarefas do governo urbano ou principesco, ou ainda os intelectuais, universitários ou os primeiros "humanistas". As camadas populares tornam-se também mais visíveis e mais instáveis, atingidas por uma conjuntura pouco favorável aos salários (salvo quando a peste aparece, mas medidas de contenção dos salários logo põem um fim a esta vantagem). Suas dificuldades aumentam, conduzindo ao endividamento junto aos senhores e ao desemprego, enquanto o fluxo de imigrantes desqualificados aumenta a multidão de mendigos e de marginais. A hierarquização entre mestres, companheiros e aprendizes é reforçada e algumas medidas tornam mais difícil o acesso às corporações de ofícios. As revoltas urbanas encontram aí uma parte de sua explicação. Assim, pequenos artesãos e assalariados modestos formam o grosso das tropas que apoiam

Copyright © 2004 by Éditions Flammarion
Copyright da tradução © 2005 by Editora Globo S.A.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida – em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. – nem apropriada ou estocada em sistema de bancos de dados, sem a expressa autorização da editora.

Texto fixado conforme as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (Decreto Legislativo nº 54, de 1995).

Título original:
La civilization féodale – de l'an mil à la colonization de l'Amerique

Preparação: Beatriz de Freitas Moreira
Revisão: Valquíria Della Pozza, Maria Sylvia Corrêa
Índice remissivo: Luciano Marchiori
Capa: Ettore Bottini, sobre iluminuras de *Les très riches heures du Duc de Berry* (1410-16), dos irmãos Limbourg (Musée Condé, Château de Chantilly)

3ª reimpressão, 2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Baschet, Jérôme
A civilização feudal : do ano 1000 à colonização da América / Jérôme Baschet ; tradução Marcelo Rede ; prefácio Jacques Le Goff. – São Paulo : Globo, 2006.

Título original: La civilization féodale – de l'an mil à la colonization de l'Amerique
ISBN 978-85-250-4139-5

1. Civilização medieval 2. Europa – História medieval 3. Idade Média I. Le Goff, Jacques. II. Título.

06-1863 CDD-940.1

Índice para catálogo sistemático:
1. Civilização medieval : História 940.1

Direitos de edição em língua portuguesa para o Brasil adquiridos por Editora Globo S. A.
Av. Jaguaré, 1485 – 05346-902 – São Paulo – SP
www.globolivros.com.br